

NEGROS FIOS: CRIANÇAS NEGRAS E PARDAS QUE ESTUDARAM E TRABALHARAM NAS PLANTAÇÕES DE CAFÉ NO INTERIOR DO RIO DE JANEIRO, 1889 A 1930.

Alexandre Ribeiro Neto- UERJ/PROPEd

Agencia Financiadora: CAPES

Eixo 5: Trabalho-educação e a formação dos trabalhadores (educação profissional, tecnologias da educação, trabalho como princípio educativo).

Resumo: Nosso trabalho apresenta as reflexões iniciais de nossa tese de doutorado em Educação, no qual discutimos sob uma perspectiva histórica o trabalho como princípio educativo de crianças negras e pardas em Vassouras, município do interior do Rio de Janeiro, onde floresceu a plantação de café. Dialogamos com autores de dois campos de conhecimento. São eles: a História e a Educação, para que o nosso objeto de estudo possa ter um olhar reflexivo, pois falar em trabalho infantil não é novidade na História. As crianças trabalham desde a Revolução Industrial. Os trabalhos de Góes e Florentino (2006) são pertinentes para recuperar o período no qual as crianças de mãe escrava entravam precocemente no mundo do trabalho. Igualmente interessantes são as reflexões de Mattos (1998) apresentando a dificuldade de encontrar os negros, pois o registro da cor foi sumindo ao longo do século XIX. Marcílio (2006) e Venâncio (1999) traçam um rico quadro do abandono como causa da prematura entrada no mundo do trabalho. Gondra e Schueler (2008) apresentam a importância dos estudos sobre a História da Educação de crianças negras. Silva (2000) aceitou o desafio e trilhou um caminho importante, descortinando o processo de escolarização de crianças negras e pardas na Corte do Rio de Janeiro. Veiga (2007) e Fonseca (2002) analisam a experiência mineira de escolarização de crianças negras e pardas. Nosso trabalho se insere na ausência de estudos sobre o trabalho como princípio educativo na área de cultivo do café, que concentrou historicamente muitos escravos.

Para cantar as épicas, frementes. Tragédias colossais da Natureza [...]
Das crianças vergôntes dos escravos Desamparadas, sobre o caos, à
toa E a cujo pranto, de mil peitos bravos, A harpa das emoções palpita
e soa.

Cruz e Souza- Crianças Negras

Introdução

Falar em trabalho infantil, não é novidade na História. As crianças trabalham desde a Revolução Industrial. Contudo, desejamos voltar os nossos olhos para dois mundos próximos: o mundo da Educação e do Trabalho, um prepara para o outro. Há aqueles que entraram prematuramente no mundo do trabalho, para ocupar os postos sem formação, trabalhando como mão de obra pouco qualificada. Indivíduos pobres, em sua maioria negra.

Nosso trabalho tenciona conhecer os processos de escolarização de crianças negras e pardas, que trabalharam através do contrato de Soldada, na próspera região do café, no sudeste brasileiro, mas especificamente na cidade de Vassouras, município do Rio de Janeiro. O mesmo experimentou dias de glória com a riqueza oriunda do café, mas também viu a ruína bater a sua porta, com o envelhecimento das terras, o processo de abolição da escravidão e a mudança dos cafezais para o Oeste de São Paulo, que contava com terras mais jovens, que poderiam produzir o principal produto, da pauta de exportação do Brasil no final do Império e na Primeira República.

Dos Pequenos trabalhadores

Entre os historiadores Philippe Àries foi um dos pioneiros, a adotar a criança como objeto de pesquisa. Seu estudo sobre a família e as representações de criança na Europa Medieval e Moderna, contribuiu para a saída da criança do anonimato.

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. Uma miniatura otomana do século XI nos dá uma idéia impressionante da deformação que o artista impunha então aos corpos das crianças, num sentido que nos parece muito distante de nosso sentimento e de nossa visão. O tema é a cena do Evangelho em que Jesus pede que se deixe vir a ele as criancinhas, sendo o texto latino claro: *parvulí*. Ora, o miniaturista agrupou em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância: eles foram simplesmente reproduzidos numa escola menor. Apenas o tamanho os distingue dos adultos (ÀRIES, 1981, p.17).

Na citação feita anteriormente, percebemos a ausência de conhecimento da anatomia dos corpos infantis, a criança era representada como um adulto em miniatura. Consequentemente, as representações artísticas seguiam o mesmo caminho, pois a redução de escala, não trazia a pintura os traços infantis, que tornam a infância uma fase distinta da fase adulta.

Seguindo a mesma trilha, a historiadora Mary Del Priore organizou um livro importante, que buscou conhecer a *História da criança no Brasil*. Reunindo diferentes pesquisadores, cada qual buscando trazer a baila diferentes dimensões da criança no Brasil.

Maria Luíza Marcílio, em seu livro *História social da criança abandonada*, nos auxilia na tarefa de compreender, a saga das crianças cujos pais, as colocaram na Roda

dos Expostos, salientando que não foram abandonados somente filhos ilegítimos, os legítimos também foram expostos.

Por isso, não eram apenas as crianças ilegítimas as abandonadas nas Rodas. Sem poder quantificá-las, as evidências que fomos encontrando permitem-nos afirmar que a presença de filhos legítimos expostos nas Rodas era recorrente. [...] A maioria dos autores que trataram da infância abandonada, em nossa História, acreditou que o abandono e ilegitimidade eram sinônimos. Maria Odila da Silva Dias sugeriu, sem mencionar pressuposto empírico algum que “o costume de expor ou dar filhos para serem criados por outros era um derivativo do índice muito elevado de filhos ilegítimos, principalmente de filhos adolescente, entre 12 e 16 anos”. Laima Mesgravis viu o abandono diretamente relacionado com o fenômeno da ilegitimidade e da prostituição. As evidências por nós encontradas mostram que essa associação não é necessariamente verdadeira. De resto, os casos de abandono por prostituição de mãe são seguramente os mais raros (MARCÍLIO, 2006, p. 258, 259).

A produção historiográfica sobre a escravidão ampliou-se nos últimos anos. Novos problemas foram estabelecidos, novos métodos foram usados, novas fontes e até mesmo as tradicionais foram pesquisadas, pelos historiadores que se dedicam ao tema.

Góes e Florentino ao analisar a trajetória das crianças escravas, destacaram: a perda dos pais e a formação de laços de solidariedade, que permitiam a sobrevivência na ausência dos responsáveis. Salientando a vulnerabilidade da família escrava.

O menino crioulo sobrevivendo não ficava só. A consolá-lo, existia uma rede de relações sociais escravas, em especial as de tipo parental. Muito possivelmente ele teria irmãos, um ou outro tio, primos, além de, por vezes, avós que poderiam viver dentro e fora de seu plantel (GÓES e FLORENTINO, 2006, p. 181).

Entre os motivos, que separavam as crianças de seus pais, os escritores mencionam: fugas, alforrias, vendas, partilha de bens e doações. No mesmo texto, encontramos indícios sobre a entrada das crianças no mundo do trabalho.

Por volta dos 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Nesta idade, os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama. Alguns haviam começado muito cedo. O pequeno Gastão, pro exemplo, aos quatro anos já desempenhava tarefas domésticas ticas leves nas fazendas de José de Araújo Rangel. Gastão nem bem se pusera de pé e já tinha um senhor (GÓES e FLORENTINO, 2006, p. 184).

As fontes documentais consultadas por nós, também apontam para a precocidade do trabalho infantil das crianças negras.

Diz Caetano da Rosa Martins fazendeiro, residente neste município, que deseja tomar em serviço os menores João, Manoel e Jovita, o primeiro de 15, o segundo de 13 e o terceiro de 10 anos de idade, filhos naturais da liberta Maria Theresa, a qual não tem bons costumes. O suplicante se propõe a pagar de soldada durante o prazo de cinco anos, pelos serviços do primeiro 5\$000 pelos serviços do segundo 3\$000, pelos serviços do terceiro 2\$000, mensalmente, obrigando-se a educá-los, alimentá-los e vesti-los e recolher a importância de seus salários a caderneta da Caixa Econômica Estadual em prestações trimestrais. O suplicante que pede contratar o serviço desses menores, independentemente da intervenção de tutor, por isso que tal forma é a que mais se coaduna com a Ord. Lei 1ªV 88s13, tanto assim que autuam no formulário ao seo “Roteiro dos Orphãos” não faz figurar no termo de locação de serviços senão o juiz e a parte, que se propõe a tomar o menor ou orphão a soldada nestes termos. Pede deferimento, lavrando-se o competente termo. Vassouras, 8 de março de 1895. Caetano da Rosa Martins.

¹

Correlacionando o documento, com o texto dos autores citados anteriormente. Podemos dizer que ambos, apontam na mesma direção, as crianças negras entravam cedo no mundo do trabalho, e que o valor pago pelas tarefas diminuía conforme a idade, embora não diminuíssem as tarefas executas.

O fazendeiro Caetano Martins alega que, ele as educará melhor do que a própria mãe, que segundo ele, ela não tem bons costumes. Ele pretende tomar à soldada as três crianças sem o estabelecimento do tutor, eliminando intermediários e negociando direto com o próprio Juiz de Órfãos usando as brechas da legislação. Ele promete também depositar trimestralmente a quantia estipulada na petição, na Caixa Economia Estadual. Vejamos o despacho do Juiz sobre o pedido:

Proverá Deus que sempre se achem quem como o Suplicante se prestasse a tomar a soldada os inúmeros menores, que maltrapilhos, se vê vagar por isso sou de parecer que seja deferida a petição sobre que foi ouvido. Vassouras, 8 de março de 1893. J. A Figueira²

¹ Pedido de Soldada 102663863005

² Pedido de Soldada 102663863005

A sociedade vassourense era atravessada pelos laços de dependência e clientelismo, com entrelaçada trama social, remetendo a um teatro de representações, como nos diz Thompson:

Numa sociedade de total dependência e clientelismo, encontra-se frequentemente a ameaça anomia, ou até o ato terrorista individual, no outro lado da moeda da deferência simulada. É exatamente numa sociedade rural, em que toda resistência aberta e identificada ao poder vigente pode resultar em retaliação imediata – perda da casa, emprego, arrendamento, se não vitimação pela lei – que tendemos a encontrar os atos obscuros: a carta anônima, o incêndio criminoso da lenha ou da casinha, o gado jarreta do, o tiro ou tijolo pela janela, o portão fora dos gonzos, às árvores do pomar derrubadas, as comportas do lago dos peixes abertas à noite. O mesmo homem que fez uma reverência – pode à noite matar as suas ovelhas, roubar os seus faisões ou envenenar os seus cães (THOMPSON, 1998, p.64).

Tanto o Juiz de Órfão, quanto o fazendeiro representavam papéis sociais. Ambos a sua maneira, tentavam demonstrar piedade com a infância desvalida. A razão maior da ação de ambos era impedir que no futuro esses menores, se tornassem bêbados, vagabundos, prostitutas e amásias, que no jargão policial figurava como, gente pouco afeita ao trabalho.

A educação era também uma forma de controle social da classe trabalhadora, logo incutir nas mentes dos novos cidadãos, o valor civilizatório do trabalho, como nos mostra Chalhoub:

Educar significa incutir no indivíduo “essas grandes qualidades que tornam um cidadão útil e o fazem compreender os seus deveres e os seus direitos”. Ora, que grandes qualidades são essas que fazem de um indivíduo um cidadão “útil” de “caráter”? O amor e o respeito religioso a propriedade são, sem dúvida, qualidades fundamentais do bom cidadão. [...] Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada” (CHALHOUB, 2001, p.69).

Gondra e Schueler ao analisarem os agentes e sujeitos do processo educacional, trazendo à baila os nexos estreitos, entre a participação dos negros no mundo do trabalho e o mundo da educação.

Em uma sociedade em que o tempo da infância era ainda impreciso, fluido – e também plural e variável conforme a clivagem dos grupos sociais e das condições de classe, etnia e gênero -, a vivência das experiências de cuidado, brincadeiras e folguedos infantis tendiam a terminar cedo, sobretudo para as

crianças escravas, mas também para as livres e pobres, que ingressavam na aprendizagem dos ofícios e na execução de tarefas variadas [...] Para o ingresso no mundo do trabalho, as crianças escravas normalmente eram ensinadas pelos mais velhos, escravos e escravas, ou por pessoas livres, empregados e feitores de seus senhores. Poderiam ser também enviadas a aprender um ofício junto a um mestre em lojas e oficina (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.225).

O pedido de soldada previa a educação. O processo de Soldada é um documento judicial criado para regularizar a prestação de serviço do menor, nele consta o nome do menor, a filiação, o nome de quem solicitava o serviço, o valor pago pelo serviço, e a forma de pagamento e onde ele deveria depositar a quantia, geralmente em um banco. O documento citado anteriormente, expressa todas as características enumeradas por nós.

O pedido de tutela pode acontecer devido ao falecimento do pai entre outros. O tutor recebia uma quantia da família e deveria prestar contas a justiça. A tutela também poderia ser removida, devido a castigos físicos impetrados ao menor. Entre os documentos anexados na prestação de contas, encontramos em alguns casos, os gastos com educação. No pedido de tutela, não há uma prestação de serviços do menor de forma explícita, mas encontramos indícios de sua ocorrência.

Cynthia Veiga em seu texto *Cultura escrita e educação; representações de criança e imaginário de infância – Brasil, século XIX*, nos ajuda a compreender a relação existente entre trabalho infantil, pobreza e processo de escolarização. A autora apresenta a escola como unidade civilizatória, ressaltando a obrigatoriedade dos responsáveis com a educação de seus rebentos. A autora também indicou a presença dos pedidos de Soldada e Tutela, na sociedade por ela analisada.

As crianças que não fossem de legítimo casamento, filhos de homens solteiros ou casados, deveriam ser criados à custa dos bens deixados pelo pai ou da mãe, na ausência desta, pelos parentes. No caso de crianças filhas de religiosos ou de mulheres casadas seriam criadas à custa das câmaras municipais, de hospitais ou albergarias, destinados à criação dos enjeitados “de modo que as crianças não morram por faltas de criação (ordenações, 1985, p.210-211). Em ambos os casos e principalmente na ausência de bens, a partir dos 7 anos os órfãos pobres poderiam ser dados por soldada. Isso significa que aqueles que os criaram, até mesmo as mães, comprometiam-se a mantê-los (moradia, mantimentos, vestimenta, ensinar a ler e escrever ou algum ofício) em troca dos serviços prestados dos 7 aos 12 anos. (VEIGA, 2007, p. 48).

Tomar um menor a soldada era uma tentativa de dar continuidade as relações de trabalho firmadas pelos pais. Também defendemos a hipótese de que os historiadores da

educação têm procurado nos arquivos os negros como agentes e sujeitos históricos na educação formal, quando eles estão na educação profissional através do exercício de um ofício.

A mesma autora relaciona o trabalho precoce, como um dos fatores que explicam a ausência das crianças pobres na escola. *Um aspecto importante relaciona-se à pobreza das populações do trabalho infantil. No caso da província de Minas Gerais, estes foram os principais fatores da infrequencia ou freqüência irregular a escola.* (VEIGA, 2007, p.44).

Entre os fatores que levavam ao abandono, Maria Luíza Marcílio, também listou a pobreza. Ouçamos a autora:

Fatores supervenientes poderiam determinar a vontade ou a necessidade de abandonar uma criança. Os mais comuns foram a morte ou a doença do pai ou da mãe, o nascimento de gêmeos, a saída do pai de casa, deixando sua mulher ao desamparo, e a falta de leite de mãe, dentre outros. Quase sempre esses fatores conjunturais estiveram associados ao fator econômico da pobreza (MARCILIO, 2006, p. 259).

Unindo as citações, podemos pensar que a pobreza tanto impedia a frequência à escola, como também aparece entre as causas de abandono de crianças. A pobreza fragmentava a família, e abria as portas para as crianças precocemente entrarem no mundo do trabalho, através de contratos de soldada, recendo uma educação profissional, na qual eram realizavam tarefas similares as realizadas pelos escravos.

Hebe Mattos traz à baila, a discussão sobre a liberdade e o mundo do trabalho. Ela nos diz que a sociedade do século XIX, qualificava o trabalho de forma pejorativa, associando-o a escravidão.

Muito já foi escrito sobre este sentido desqualificador da escravidão sobre o trabalho, de maneira geral. Ser livre numa ordem escravista seria basicamente não trabalhar, viver de renda. A liberdade é pensada idealmente, portanto, como um atributo do homem branco e potencializadora do não-trabalho (MATTOS, 1997, p.32)

Recorremos mais uma vez a Hebe Mattos, que nos auxilia na tentativa de compreender o motivo de se firmarem soldadas. A autora nos diz que, uma das

possíveis explicações, se encontra na dificuldade de encontrar trabalhadores, para a lavoura e outros serviços ao longo do século XIX.

Diversas pesquisas têm demonstrado que o fenômeno de concentração regional da propriedade escrava, após a extinção do tráfico atlântico, foi resultado não apenas de transferências inter-regionais, mas de uma intensa concentração social da propriedade cativa. Revertia-se, o quadro de pulverização que prevalecia no padrão anterior de posse de escravos. Pode-se depreender, também, deste movimento, um recrudescimento do número de brancos empobrecidos, nas diversas situações rurais, locais e regionais (MATTOS, 1987, p.94-95).

Maria Luíza Marcílio também apresentou os nexos estreitos entre o mundo do trabalho, e o mundo dos pequenos expostos, pois a Roda dos Expostos não possuía um projeto educacional para os menores.

As Rodas dos expostos, em boa parte de sua história, não estiveram aparelhadas para manter, em regime de internato, as crianças que tutelavam. No geral, elas eram estabelecimentos exíguos, limitados a uns poucos quartos pequenos, sem acomodações para as amas e as crianças (MARCILIO, 2006, p. 277).

O estudo que agora desenvolvemos, nasceu da leitura dos textos que dialogamos durante a dissertação. Eles apontavam uma lacuna: como se desenvolveu o processo de escolarização das crianças negras e pardas? Outros pesquisadores já se dedicaram ao tema Adriana Maria P. da Silva retirou os escombros de Pretextato dos Passos e Silva, um professor preto que através de requerimentos a Inspetoria Geral da Instrução Pública da Corte, pretendia abrir uma escola, para ensinar os meninos de cor, em 1856.

Recorremos a Adriana Maria P. da Silva, para destacar o que se podia fazer quando se sabia ler e escrever no Império. Ouçamos a autora:

Aprender a ler e escrever, enfim podia permitir aos escravos africanos e crioulos (escravos brasileiros) passarem como libertos ou exercerem ofícios que os aproximassem da experiência da liberdade. Some-se a estas possibilidades, ainda uma outra: a possibilidade de travar contato com as letras dos homens de cor que, a partir de 1830, na Corte criaram jornais específicos nos quais discutiam questões referentes à raça, identidade e mobilidade social em meio aquele segmento (SILVA, 2000, p.112)

Demerval Saviani apresenta a influência do pensamento iluminista no pensamento educacional brasileiro, no período imperial, demonstrando também a proibição dos negros de frequentar à escola formal, a partir da Reforma Couto Ferraz de 1854, que reformou o a Instrução Primária e Secundária na Corte.

Do ângulo das finalidades da escola, absorvia a noção iluminista do derramamento das luzes por todos os habitantes do país, o que trazia como corolário: obrigatoriedade aos “pais, tutores, curadores ou protetores que tiverem em sua companhia meninos maiores de 7 anos” de garantirem “o ensino pelo menos de primeiro grau” (artigo 64), implicando, por consequência, a obrigatoriedade, para as crianças, de frequentar às escolas. Mas, se as ditas luzes deveriam derramar-se a *todos* os habitantes, deve-se entender que se restringia a todos os habitantes “livres”, pois os escravos estavam explicitamente excluídos, já que, nomeados no parágrafo 3 do artigo 69, estavam entre aqueles que “não serão admitidos á matrícula, nem poderão frequentar as escolas (SAVIANI, 2007, p.132)

Outro pesquisador, que também se dedicou ao tema foi Marcus Vinícius Fonseca, em seu livro **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. O autor fornece pistas importantes, das lutas em torno da escolarização dos negros e da sua incorporação a sociedade, ao analisar a Lei do ventre Livre de 1871.

Essa lei tinha no total, dez artigos que se referiam a várias dimensões relativas à organização do trabalho escravo no Brasil, estabelecendo novos parâmetros para a escravidão e objetivando tratar de forma indireta a questão do elemento servil. [...] O artigo segundo instituía que o governo poderia entregar a associações por ele autorizadas os filhos das escravas nascidos após a data de aprovação da lei e que fossem cedidos ou abandonados pelos senhores, ou, ainda, tirados destes em virtudes de maus-tratos. Essas associações teriam o direito a serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos, podendo, inclusive, alugar seus serviços; em contrapartida, eram obrigadas a criar e educar os menores, a constituir um pecúlio e procurar, após o fim do tempo de serviço, uma colocação para os egressos (FONSECA, 2002, p.30).

Estabelecemos como marcos cronológicos os anos de 1889 a 1930, ou seja, durante a Primeira República. Contudo, em nosso *Corpus Documental* apresentemos alguns documentos do período do Império. Nós assim procedemos acreditando que, a História da Educação possui ritmos próprios, que fogem a periodização tradicional da História política brasileira, que *a grosso modo*, determina como Período Colonial aos anos de 1500 a 1822, como Período Imperial os anos de 1822 a 1889, e como Primeira República os anos de 1889 a 1930.

Considerações Finais

O processo de escolarização das crianças negras é um tema desafiador, pela abrangência do mesmo, permitindo diferentes cortes cronológicos, e também por emergir num momento em que a sociedade brasileira reduz a discussão das Ações

Afirmativas às Cotas para negros em universidades públicas, tanto federais como estaduais.

Não defendo indenização ou reparação, pois não vejo os negros como vítimas. Ao contrário, precisamos defender uma educação de qualidade, para aqueles que possuem apenas uma escola, que não ensina nem a ler, nem escrever nem contar. Se formos falar nos analfabetos funcionais, escreveremos um novo texto, e entre a sua grande maioria, encontramos os negros.

Numa sociedade fundada, sobre o mito da *Democracia Racial* compreender que a escola é como um dos instrumentos, que opera a distinção entre os cidadãos, na qual negros e brancos com a mesma escolaridade, não possuem as mesmas oportunidades no mercado de trabalho é tocar em velhas feridas, que ainda sangram, pois estão abertas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÀRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1981.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001.

GÓES, José Roberto e FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary. (org). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros: Uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza Marcílio. **História Social da Criança abandonada**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MATTOS, Hebe Maria Mattos. **Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, SP: Companhia das letras, 1998.

SAVIANI, Demerval. **História da idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e partos na corte**. Brasília. Editora Plano, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cultura escrita: representações da criança e o imaginário de infância. Brasil, século XIX*. In: LOPES, Alberto, FARIA FILHO, Luciano Mendes de e FERNANDES, Rogério (orgs.). **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador, século XVIII e XIX**. Campinas: Papirus, 1999.